

Entre o dever e a responsabilidade

Mansour Karmouche*

Seria muito importante que o Dia da Advocacia, comemorado todos os anos no dia 11 de agosto, não ficasse restrito a uma data comemorativa, cuja importância reside na homenagem e celebração de uma profissão historicamente comprometida com a formação da sociedade brasileira, responsável pelo estabelecimento de padrões civilizatórios a partir da criação de uma cátedra iluminista e modernizadora no começo do século XIX.

Nos últimos tempos, com o advento da pandemia, temos sido testados diariamente, não somente pela perda de milhares de colegas, mas pela capacidade de adaptação e força de resistência que temos que gerar todos os dias em nosso âmago para poder superar adversidades, incertezas, alteridade de costumes, mudanças em regramento legal e comportamento pessoal.

Por isso, torna-se fundamental que neste dia simbólico façamos uma reflexão sobre qual o futuro que queremos e como vamos nos amoldar diante dos novos modelos de trabalho e de exercícios da profissão que começam a se consolidar como exigência natural da nova realidade que se estabelece na forma de tendência técnica e comportamental.

Claro que a essência da profissão advocatícia permanece, mas o modelo de prestação de serviços jurisdicionais está se transformando rapidamente, não somente por causa da introdução de novas tecnologias, mas pelo reforço das novas demandas que surgem como corolárias no dia a dia.

É provável que a partir de agora os operadores de direito terão que formar novos consensos para demonstrar à sociedade a importância da reforma do judiciário – em busca de ritos menos burocratizados e maior agilidade e clareza de procedimentos -, bem como de seu papel dentro das instituições que fortalecem o Estado Democrático de Direito, descentralizando a função discricionária de quem decide sobre a escolha dos órgãos judiciais mais importantes da República.

Os(as) advogados(as) devem debater esse tema fundamental: de que todos os fatores externos que impactam o modo de pensar e agir de uma atividade profissional devem buscar mudanças que possam, gradativamente, se amoldar às novas concepções para atender o clamor das novas gerações e garantir a sobrevivência e o bem-estar da maior parcela da sociedade.

Mais do que isso, devemos manter nos corações e mentes da sociedade de que somos a profissão que dá régua e compasso às questões da liberdade. Não apenas a liberdade de ir e vir, mas também a liberdade de expressão, de pensamento, de criação, enfim, a liberdade como instrumento de desenvolvimento humano, de valorização da ética e de crescimento das nossas potencialidades sociais e econômicas.

Analisando os acontecimentos brasileiros dos últimos tempos precisamos, mais do que nunca, fortalecer a voz da união e da paz, encontrando generosidade no fundo de cada alma, para poder

dialogar e, assim, encontrar caminhos menos controversos e mais construtivos para atingirmos o estágio de progresso humano necessário para superarmos as desigualdades, garantir a proteção ambiental, consolidar as devidas funções para os setores públicos e privados, além da criação de mecanismos que nos permitam maior inserção no plano internacional.

Nada é fácil. Será sempre necessário paciência, ponderação, empatia e crença nos homens e mulheres que constroem cotidianamente a realidade dos fatos. A advocacia é construtora da história, que dá forma e acabamento das relações entre todos cidadãos e cidadãs. Por isso, o 11 de agosto é uma data simbolicamente relevante porque deixa marcada em nossa consciência o significado do processo evolutivo que nos assegura força e esperança de um futuro melhor.

(*) Presidente da OAB/MS